

UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DIÁLOGO SOBRE A ÉTICA NAS PESQUISAS COM CRIANÇAS: O COMPÊNDIO ERIC

A CONTRIBUTION TO THE DIALOGUE ON ETHICS IN RESEARCH WITH CHILDREN: THE ERIC COMPENDIUM

Viviane Ache Cancian **1**
Maria Carmen Silveira Barbosa **2**
Susana Beatriz Fernandes **3**

Resumo: Este artigo apresenta o “Compêndio ERIC” (Ethical Research Involving Children), resultado de um projeto internacional sobre investigação ética com crianças, desenvolvido pelo Centro de Investigações da UNICEF em parceria com pesquisadores internacionais e ONGS, com o objetivo de promover o respeito aos direitos, dignidade e bem-estar de crianças envolvidas em pesquisas nos diferentes contextos mundiais. Nosso interesse em apresentar este documento se deve à importância e ineditismo da discussão da temática em questão, a ética na pesquisa com crianças. A apresentação do Compêndio parte de uma breve contextualização da sua emergência, da visão geral da sua estrutura, apontando reflexões que podem contribuir para a qualidade do debate sobre a temática no país. O Compêndio ERIC se constitui, do nosso ponto de vista, em uma ferramenta fundamental para subsidiar pesquisadores brasileiros da infância e da criança no campo da ética das Ciências Humanas e Sociais.

Palavras-chave: Ética; Pesquisa com crianças; Compêndio ERIC.

Abstract: This article presents the “ERIC Compendium” (Ethical Research Involving Children), the result of an international project on ethical research with children, developed by the UNICEF Research Center in partnership with international researchers and NGOs, with the goal of promoting respect for rights, dignity and well-being of children involved in research in different world contexts. Our interest in presenting this document is due to the importance and originality of the discussion of the subject in question, ethics in research with children. The Compendium’s presentation is based on a brief contextualization of its emergence, an overview of its structure, pointing out reflections that can contribute to the quality of the debate on the subject in the country. The ERIC Compendium is, from our point of view, a fundamental tool to support Brazilian researchers of childhood and children in the field of ethics in Human and Social Sciences.

Keywords: Ethics; Research with children; ERIC compendium.

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará, **1**
professora da UFSM, Grupo de Pesquisa CLICE/UFRGS, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5121775990804972>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0071-763X>,
E-mail: vica.acancian@gmail.com

Doutora em Educação pela UNICAMP, Professora Titular da **2**
Faculdade de Educação da UFRGS, Professora no Programa de Pós-graduação
em Educação. Grupo de Pesquisa CLIQUE/UFRGS, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5121775990804972>, <https://orcid.org/0000-0002-3416-4914>.
E-mail: licabarbosa@ufrgs.br

Doutora em Educação pela UFRGS, Integrante do Grupo de Pesquisa **3**
CLIQUE/UFRGS, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5121775990804972>, ORCID:
<https://orcid.org/0000-0002-1285-6012>, E-mail: suferndes0101@gmail.com

Três inquietações introdutórias

Nas últimas duas décadas a discussão sobre a ética na pesquisa com crianças vem sendo debatida no Brasil e no mundo. Na medida em que as crianças passaram a ser vistas como sujeitos de pesquisa, e não meros objetos, vários questionamentos foram sendo colocados em relação às metodologias de pesquisa com as mesmas e ao papel do pesquisador. Apesar do aprofundamento das reflexões, pesquisadores e pesquisadoras da infância e das crianças ainda se confrontam continuamente com inquietações ao planejar, realizar e divulgar suas investigações com bebês, crianças e jovens. O objetivo desse texto é apresentar o Compêndio ERIC com sua Carta Ética, baseado nos direitos das crianças no âmbito das relações internacionais elaborada pela UNICEF, para dialogar com os pesquisadores da infância no campo das ciências humanas e sociais, que emergem nas experiências locais de pesquisa.

Em nosso contexto consideramos que a primeira inquietação dos pesquisadores da infância e das crianças é com a vinculação da ação ética na pesquisa em ciências humanas, incluindo a educacional, que está sendo definida em nosso país prioritariamente pelo Ministério da Saúde (Mainardes, 2017, Santos, 2017). Esta perspectiva defende a ideia de que toda a criança é um ser vulnerável assim todos os projetos que as envolvem precisam de aprovação dos Comitês de Ética. Há dois problemas nessa perspectiva: o primeiro é que as crianças não podem ser vistas apenas como seres vulneráveis, mas com direito a provisão e proteção, pois desde 1989, pela Convenção dos Direitos das Crianças (CDC), são consideradas sujeitos de direitos e de participação. A força das crianças desaparece frente a sua fragilidade. O segundo problema é que, apesar de todos os debates e negociações, tanto as *conceitualizações* como os procedimentos de aprovação dos projetos nas Comissões de Ética ainda não acolheram a diversidade das perspectivas epistemológicas e metodológicas da área de humanas. Este conflito está sendo tratado com resistência e dignidade por várias associações científicas inclusive a ANPED (Associação dos Pesquisadores em Educação) que participou das discussões sobre a legislação, lançou um importante manifesto e produziu um *e-book* denominado “Ética e Pesquisa em Educação: subsídios” (2019), explicitando alguns conceitos sobre a pesquisa educacional, além de deter-se em alguns capítulos sobre a temática singular da pesquisa com crianças.

A segunda inquietação, tecida a partir das diferenças entre perspectivas teóricas das linhas e da diversidade decorrente das orientações disciplinares no campo da investigação com crianças, tem como fórum de maior relevância no Brasil o GRUPECI (Grupo de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias). Embora problematizações relativas a metodologias e questões éticas na pesquisa com crianças estejam, em alguma medida, presentes em ponderações provocadas por projetos de pesquisas como mestrados e doutorados desenvolvidos em universidades brasileiras, apenas recentemente estas questões estão sendo aprofundadas, sistematizadas, compartilhadas em textos e em debates públicos principalmente no que se refere às questões da ética na pesquisa com crianças. Se nos grupos de pesquisa problemas e dilemas já estão sendo elencados, ainda não há uma compreensão nacionalmente compartilhada e sistematizada sobre a ética na pesquisa com crianças a partir do debate público e da elaboração de algumas alternativas de procedimentos em códigos, cartas ou guias que sirvam como parâmetros.

É importante observar que as problematizações acerca da ética na pesquisa desencadearam questionamentos no cotidiano das práticas docentes em cursos de graduação em Pedagogia e de pós-graduação em Educação. As discussões relativas ao desenvolvimento de pesquisas com crianças e, por consequência, sobre as questões éticas nas relações que delas decorrem, ocorreram ao mesmo tempo em que se constituiu em nosso país o campo dos Estudos da Criança e da Infância, mais especificamente a partir das contribuições da Sociologia da Infância e da Antropologia da Criança. Ou seja, foi apenas nos últimos anos que passaram a circular entre nós pesquisas acadêmicas que caracterizam as crianças como atores sociais, capazes e com direitos, bem como, foi dada à infância o estatuto de categoria geracional com características próprias. Ressalta-se que esses referenciais ainda não fazem parte dos currículos de grande parte dos cursos de formação nem dos debates pedagógicos realizados em muitas de nossas escolas. As discussões da ética na pesquisa sobre o grupo geracional da infância revelam uma criança historicamente “escondida atrás da aluna/o” em nossas escolas.

Por fim, como terceira inquietação aparece a incipiente interlocução que estabelecemos até aqui, com documentos internacionais sobre a pesquisa com crianças pequenas. Neste artigo analisaremos um documento produzido em âmbito internacional pois a discussão ética vem sendo fomentada pelo encontro entre as expressões singulares que emergem das reflexões de pesquisadores em seus contextos locais, a partir de suas questões pessoais e disciplinares, em confronto com discussões universais que sistematizam informações e referências fundamentadas na experiência, no debate e da representação de sujeitos oriundos de vários países.

Do nosso ponto de vista dialogar com referências internacionais não significa deixar-se colonizar. Como bem lembra Boaventura de Souza Santos (2019, p.11) “Apesar de recorrerem à dicotomia norte-sul, as epistemologias do Sul não são simetricamente opostas às epistemologias do Norte”. O diálogo entre distintas epistemologias pode possibilitar aos pesquisadores brasileiros pelo menos duas ações éticas: a primeira, tencionar a reflexão sobre a postura ética *pessoal*, muitas vezes naturalizada, ao possibilitar argumentos que dialoguem com outros posicionamentos — ampliando pontos de vista e reafirmando ou modificando posturas. A segunda, não menos importante, refere-se ao ponto de vista *político*, isto é, a necessidade de superar a hegemonia de um código de ética estabelecido por um único campo científico sobre os demais, disputando assim as especificidades das ciências humanas e sociais no que se refere à questão da ética na pesquisa com crianças. Ou ainda, quando os pesquisadores estão em contextos de censura, de Estado de Exceção, é preciso utilizar-se de normativas internacionais para defender posições democráticas e participativas que enfatizam as capacidades das crianças de terem vez e voz nas pesquisas que se realizam *sobre* elas ou ainda daquelas em que participam ativamente, isto é, *com* elas, bem como reivindicar aos comitês de pesquisa uma leitura e avaliação comprometida com os direitos das crianças.

Apresentando o projeto ERIC (*Ethical Research Involving Children*)

Desde 1988, o Centro de Investigação da UNICEF¹ tem como função apoiar atividades em defesa da infância em todo o mundo. Dentre suas ações está a análise e fomento de pesquisas no sentido de mobilizar recursos e atualizar políticas e programas globais em favor das crianças. O Centro tem o compromisso com a implementação da *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança* tendo em vista a mudança paradigmática que a Convenção realizou frente às diferentes culturas ao definir a imagem de criança como alguém com direitos, não apenas de proteção e provisão, mas também com direito de participação nos contextos sociais aos quais está relacionada².

O Centro também demonstra especial atenção às investigações que escutam as opiniões e perspectivas das crianças e jovens apoiando e viabilizando projetos de pesquisas *sobre* e *com* crianças desenvolvidas por uma Rede Internacional de Instituições de Pesquisa, composta por universidades e organizações sem fins lucrativos, com o objetivo de promover os direitos da criança e o seu bem-estar. São consideradas “pesquisa com crianças”

aquelas investigações em que participam menores de idade, seja direta ou indiretamente através de um representante, independentemente do papel que desempenhem e da metodologia ou métodos utilizados para recompilar, analisar e transmitir dados ou informações (ERIC, 2013, p.3)³.

A experiência prática com a pesquisa envolvendo crianças nas últimas décadas gerou vários questionamentos convergindo para a realização de debates internacionais sobre o tema.

1 O Centro ou Oficina de Investigação da UNICEF estabelecido no Instituto dos Inocentes, situado na cidade de Florença, é uma grande referência na pesquisa internacional sobre a infância.

2 Esta mudança de concepção de infância com uma perspectiva universalista é foco de discussões. As epistemologias do Sul problematizam a convenção por seu caráter universal e impositivo por um lado, mas também a reconhecem sua importância no sentido de construir uma consciência sobre a dignidade e respeito devido às crianças e a defesa de seus direitos.

3 Todas as traduções do Compêndio ERIC presentes neste artigo são de responsabilidade das autoras.

Com o apoio de diferentes instituições⁴ em 2010 foi criado um *Grupo de Estudos Temáticos* para construir ferramentas de apoio aos pesquisadores no sentido de apoiar a realização de uma pesquisa ética e respeitosa com as crianças em diferentes contextos culturais e sociais. Este grupo deu origem ao projeto de pesquisa “Investigação Ética Envolvendo Crianças” (*Ethical Research Involving Children - ERIC*).

O projeto ERIC foi criado, então, para sistematizar os questionamentos e apresentar algumas respostas às demandas apresentadas pelos pesquisadores. O objetivo do projeto foi definido como capacitar investigadores, em seus projetos e práticas de pesquisa, a respeitar a “dignidade humana das crianças, assim como seus direitos e seu bem-estar, em todas as investigações, independentemente de seu contexto” (ERIC, 2013, p. 2).

Em 2010 foi realizado um primeiro movimento de pesquisa envolvendo a revisão bibliográfica e a distribuição de um questionário que foi respondido por 257 participantes de 46 países. O objetivo era conhecer as demandas, isto é, os problemas e preocupações que requerem a atenção da comunidade científica sobre o tema da ética em pesquisas que envolvem crianças. Após o mapeamento foram identificadas:

Necessidades relativas a fundamentação teórica no tema;

construção de roteiro para estabelecer os principais pontos de atenção desde o momento de elaboração do projeto, da realização da pesquisa e da escrita do relatório; e

possível encaminhamento para a elaboração de um Código Internacional de Ética na pesquisa envolvendo as crianças (ERIC, 2013, p. 2).

Posteriormente, em 2011, aconteceu uma reunião com 17 especialistas, em que foram identificadas as preocupações da comunidade científica sobre a importância dos fundamentos éticos da pesquisa com crianças e jovens, e a partir desse encontro definiu-se a necessidade de desenvolver um *Código de Ética Internacional* e um *Guia de Orientação Ética*. Ainda em dezembro de 2011 foi realizada uma consulta com a comunidade de pesquisa internacional pela internet sendo recebidas 66 respostas indicando a disposição de muitos para continuarem participando de um diálogo. Após esta ampla ação um grupo de investigadores internacionais foi convocado em 2012 pela UNICEF para apoiar a escrita do código e do guia⁵.

Se inicialmente a ênfase era a criação de um código de ética, a partir do encontro da equipe do projeto, com suas diferentes experiências e formações, construiu-se um espaço de diálogo que tomou novos rumos metodológicos dirigindo o projeto principalmente no sentido de estimular o pensamento crítico e reflexivo acerca das discussões éticas e das práticas de pesquisa.

Assim, após extenso processo de consulta sinalizou-se no âmbito do projeto para a produção de um Compêndio, isto é, um texto-síntese que abrangesse conhecimentos relativos aos cuidados éticos na investigação que envolve crianças. Segundo a equipe do projeto tratava-se da elaboração de um documento que pudesse instigar os pesquisadores a partilhar experiências: perguntas, preocupações, compromissos e histórias relativas à ética em pesquisa com crianças. Ou seja, o objetivo do Compêndio ERIC passa a ser gerar reflexão crítica, diálogo e tomada de decisões éticas, bem como contribuir para a melhoria da prática de pesquisas com crianças em diferentes campos, a partir de pontos de vista teórico-metodológicos e de experiências em contextos internacionais (ERIC, 2013).

4 As entidades organizadoras são o Childwatch Internacional Research Network, The Centre for Children and Young people, na Austrália e o Children Issues Centre, na Nova Zelândia.

5 Como os pesquisadores e participantes estão identificados como pessoas físicas fica difícil ver o país de origem ou instituição vinculada. Observa-se que não há nomes de origem portuguesa e o texto do Compêndio ERIC não foi traduzido para o português.

O projeto abrangeu não apenas pesquisas acadêmicas, mas a variedade de investigações desenvolvidas por diferentes pessoas em instituições de setores e contextos geográficos, sociais e culturais distintos, fomentando relações pautadas pelo respeito entre todos os envolvidos — pesquisadores, crianças, famílias, comunidades, organizações de pesquisa entre outras — e direcionando suas ações para auxiliar na reflexão, planejamento e realização de projetos de investigação com crianças e jovens.

Ao debruçar-se sobre a ética na pesquisa com crianças, o grupo de investigadores aprofundou sua compreensão sobre as crianças e os jovens que participam das pesquisas, afetando também os modos de ver dos pesquisadores sobre a pluralidade da infância contemporânea e também possibilitou a reflexão dos participantes sobre os modos como eles vivem e percebem suas próprias infâncias, deixando explícita uma dinâmica respeitosa. O conteúdo apresentado, portanto, promove um aprofundamento crítico em relação às questões éticas e práticas da pesquisa vitalizando a imagem das crianças suas capacidades e múltiplas linguagens.

É importante destacar que o Projeto ERIC define como criança “todo o ser humano abaixo da idade de dezoito anos, salvo se, nos termos da lei aplicável à criança, a maioria é atingida mais cedo”. Como a Declaração e a Convenção dos direitos das crianças considera o grupo “crianças” formado por pessoas de 0 até 18 anos, o texto do Compêndio vai defender que as indicações não podem ser genéricas, pois é preciso considerar as questões éticas a partir das diferentes faixas etárias enfatizando não apenas na idade biológica, mas as experiências e as capacidades de cada grupo de crianças, ou das crianças individualmente.

Os pesquisadores ressaltam, em relação ao material publicado, que, apesar de todo o envolvimento na escrita e na capacitação dos pesquisadores para a investigação com crianças e jovens de acordo com os princípios éticos, o mais importante a ser considerado são as atitudes, valores, crenças e suposições das partes interessadas, pois são elas, em última instância, que dão forma à experiência investigativa. Assim, uma pesquisa ética envolvendo crianças “requer reflexão crítica; um diálogo intercultural, intersetorial e interdisciplinar; uma resposta específica ao contexto do problema; assim como a colaboração, a aprendizagem e a participação em escala internacional” (ERIC, 2013, p. 5).

O compêndio ERIC (2013) está estruturado em nove partes assim apresentadas:

1. Contexto: esta primeira parte estabelece os objetivos e explica a história e o conjuntura do projeto ERIC.
2. Filosofia: proporciona os fundamentos para o desenvolvimento do Compêndio (2013) e do site que o complementa, para além do aprofundamento nos princípios éticos que sustentam ambos.
3. Carta Ética: é uma ambiciosa declaração de sete compromissos referendados por pesquisadores que se dedicam à investigação com a participação de crianças através da qual assumem o compromisso e a responsabilidade de seguir princípios éticos em qualquer pesquisa que realizem. Foi escrita no sentido de inspirar e unificar os investigadores a agir a partir desses compromissos.
4. Guia de orientação do ERIC: determina questões éticas fundamentais que surgem na pesquisa com crianças, de modo a despertar a reflexão crítica entre pesquisadores e pessoas interessadas em desenvolver pesquisas éticas com crianças
5. Apoio ao investigador: analisa alguns problemas enfrentados por pesquisadores, incluindo seu próprio bem-estar e segurança, e apresenta propostas para fornecer apoio em tais contextos como formação, supervisão e mecanismos de controle ético.
6. Fase preparatória: uma série de perguntas que os

pesquisadores devem fazer e levar em consideração ao planejar sua pesquisa à luz dos princípios e considerações éticas e sugerir atitudes quando se defrontam com dificuldades como nos estudos de caso contidos no compêndio.

7. Estudos de caso: fornecem exemplos de problemas ou dificuldades que podem ocorrer na pesquisa, sob o ponto de vista ético, visando ajudar os pesquisadores a observar criticamente.

8. Conclusão: resume brevemente as questões fundamentais contidas no compêndio e convida os investigadores a manterem um compromisso permanentemente com as questões, consideradas fundamentais, para o desenvolvimento de uma prática ética de pesquisa.

9. Recursos: esta é a última seção do compêndio e inclui um Glossário de termos, uma lista de referências e um resumo de outras diretrizes publicadas sobre ética na pesquisa (ERIC, 2013, p. 3-4).

A partir da análise inicial da estrutura do Compêndio ERIC é possível perceber a relevância, não apenas de seus objetivos, como também de seu conteúdo para todos os envolvidos com pesquisas com crianças e comprometidos, política e eticamente, com a defesa dos seus direitos. Como grande parte das produções de uma agência multilateral, o UNICEF informa que as opiniões presentes no Compêndio ERIC expressam os pontos de vistas de seus autores, colaboradores e editores.

O projeto ERIC se apoia em três princípios éticos, a saber: respeito, benefício e justiça. Esses princípios estão presentes em grande parte das diretrizes éticas para a pesquisa com seres humanos deliberados nos últimos 70 anos no âmbito internacional. No caso das pesquisas com crianças, o respeito implica valorizar as crianças, seus contextos de vida e o reconhecimento da sua dignidade. O conceito de justiça deve sustentar as decisões tomadas pelos pesquisadores sobre, por exemplo, quais os critérios pelos quais as crianças serão incluídas ou não em uma pesquisa, garantindo que a escolha seja adequada ao objetivo de pesquisa e a metodologia declarada, e não motivado por intenção discriminatória. A justiça consiste que seja oportunizado às crianças a escolha da participação, ou não, na discussão pública e nos processos de tomada de decisão. Atuando, assim, as crianças são consideradas como sujeitos ativos do processo, e não apenas objetos de pesquisa, e sempre que possível devem ser inseridas como assessoras e consultoras nas pesquisas.

O ERIC defende que para respeitar uma criança em pesquisa, é preciso saber: quem ela é, o contexto cultural em que vive e como a cultura afeta suas experiências, capacidades e perspectivas. O Compêndio também reconhece que os princípios e questões éticas não podem ser desconectados das atitudes, valores, crenças, isto é, da compreensão dos investigadores sobre as crianças e a infância.

O Compêndio chama a atenção para as relações desiguais de poder entre adultos-pesquisadores e crianças considerando necessário o reconhecimento e a consideração cuidadosa dos direitos coletivos e individuais nas negociações do processo de pesquisa. Por fim, o princípio da beneficência refere-se a ações que promovem o bem-estar das crianças. Tais benefícios podem manifestar-se em uma variedade de formas: desde a realização de pesquisas onde as crianças se sintam escutadas no momento da pesquisa, até aquelas em que os pesquisadores identificam benefícios resultantes do envolvimento das crianças na investigação ou ainda nas mudanças sociais decorrentes da divulgação dos dados.

A abordagem ERIC supõe que adultos-pesquisadores, qualificados e cuidadosos, forneçam apoio e orientação adequada, a fim de ajudar as crianças a formular e expor seus pontos de vista e participar de forma segura e significativa. Por fim, exige um envolvimento crítico do pesquisador defendendo os princípios éticos de respeito, benefício e justiça e realizando uma abordagem reflexiva no atendimento às questões éticas complexas que podem surgir nas

pesquisas envolvendo crianças.

A Carta Internacional de Pesquisa Ética com crianças e o Guia de Orientação e Apoio ao Pesquisador

A partir do projeto ERIC e seu compêndio, foi redigida a Carta Ética que por sua vez coloca em diálogo os princípios éticos da pesquisa em consonância com a Declaração dos Direitos do Homem (Direitos Humanos) e da Convenção dos Direitos das Crianças. Desses dois marcos normativos – a ética na pesquisa e a convenção dos direitos das crianças – a Carta Ética foi composta de princípios e compromissos elaborados com a intenção de unificar as práticas de pesquisa envolvendo crianças, em torno da valorização e garantia dos seus direitos e bem-estar.

O documento destaca as responsabilidades legais dos adultos no sentido de garantir a defesa dos direitos das crianças no interior das pesquisas apontadas nos princípios que apresenta. A Pesquisa Ética Envolvendo Crianças (ERIC) assume que a ética é um conjunto de condutas que podem fornecer uma pesquisa boa ou segura em qualquer dado contexto, isto é, defendem a universalidade dos princípios.

A Carta Ética sintetiza os sete comprometimentos que norteiam o desenvolvimento de uma pesquisa ética com crianças:

CARTA INTERNACIONAL DE PESQUISA ÉTICA COM CRIANÇAS

A ÉTICA NA PESQUISA COM CRIANÇAS É RESPONSABILIDADE DE TODOS - A Comunidade de pesquisa, desde os que participam na execução, contratação, financiamento e revisão de pesquisas, é responsável pela garantia de que os padrões éticos sejam alcançados em toda pesquisa com crianças, em qualquer abordagem de pesquisa, enfoque e contexto.

O RESPEITO PELA DIGNIDADE DAS CRIANÇAS É ESSENCIAL À PESQUISA ÉTICA - A pesquisa ética é conduzida com integridade e respeito pelas crianças, suas visões e culturas e requer que os pesquisadores reconheçam as capacidades das crianças para participação e valorizem suas diversas contribuições.

A PESQUISA COM CRIANÇAS PRECISA SER JUSTA E IMPARCIAL- As crianças têm o direito à justiça. Isto requer que todas sejam tratadas com igualdade e que nenhuma criança deva ser injustamente excluída e os obstáculos à sua participação fundado na discriminação precisam ser combatidos.

A PESQUISA ÉTICA BENEFICIA A CRIANÇA - Os pesquisadores precisam garantir que a pesquisa maximize os benefícios às crianças, individualmente e/ou no grupo. O pesquisador arca com a responsabilidade de considerar se determinada pesquisa deva ser realizada e por avaliar se a pesquisa trará benefícios às crianças.

AS CRIANÇAS NÃO PODEM SER PREJUDICADAS POR PARTICIPAREM EM PESQUISA - Os pesquisadores precisam se esforçar para evitar qualquer risco de dano e avaliar se é justificada a necessidade de envolvimento de criança individual.

NA PESQUISA SEMPRE É NECESSÁRIO O CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DAS CRIANÇAS - Sempre é preciso buscar o consentimento esclarecido, além do consentimento dos pais e quaisquer outros requisitos para a pesquisa proceder com ética. Indicações de discordância ou cancelamento sempre

precisam ser respeitadas.

A PESQUISA ÉTICA REQUER CONSTANTE REFLEXÃO- Realizar pesquisa com crianças é importante. A pesquisa ética exige que os pesquisadores reflitam continuamente sobre suas práticas, muito além de quaisquer exigências formais de normativa ética. Isto requer constante atenção aos pressupostos, valores, crenças e práticas que afetem o processo de pesquisa e tenham impacto nas crianças (ERIC, 2013, p. 23).

A análise desse documento nos permite apresentá-lo como um potente apoio e qualificação das discussões entre pesquisadores sobre as questões éticas na pesquisa com criança. Nesta direção, a Carta orienta o pesquisador pelo nível normativo da ética, enquanto o Guia é uma ferramenta que apresenta as considerações éticas presentes nas diferentes fases do processo de investigação buscando melhorar a prática ética da pesquisa com criança e jovens menores de 18 anos. O Guia aponta para o fato da pesquisa ser uma ação relacional onde os desafios se colocam entre pesquisadores, organizações, crianças, pais, responsáveis e todas as decisões precisam ser permanentemente negociadas a partir das experiências de todos os participantes.

A discussão do Guia tem como base os princípios éticos universais da Carta, auto-consciência e pensamento reflexivo a fim de responder criticamente aos dilemas e questões éticas em que emergem de contextos específicos, em relação às considerações: danos e os benefícios, consentimento informado, privacidade e confidencialidade, retribuição na realização da pesquisa com menores. Cada seção do Guia de Orientação ERIC define as considerações éticas fundamentais baseadas em revisão bibliográfica internacional e consultas à comunidade científica. “Mesmo quando o CDC não especifica diretamente os direitos de pesquisa com as crianças, os pesquisadores têm a obrigação de considerar, respeitar e proteger os direitos das crianças em todos os contextos, incluindo a pesquisa.” (p. 27).

O Guia de Orientação ERIC foi desenvolvido a partir da diversidade das funções presentes na caminhada da pesquisa: nos processos investigativos, nos desenhos dos estudos, na realização do trabalho de campo, nas revisões das propostas investigativas, com o esforço de responsabilizar o pesquisador em relação às questões éticas que possam surgir e afetar as crianças. Nesse sentido o documento sinaliza para a importância de considerar, desde o início da pesquisa, os elementos críticos em relação à finalidade, à participação das crianças, às funções e implicações quando se trata de danos e benefícios. São apresentadas sugestões para a reflexão, tais como:

Ser capaz de justificar porque a investigação é conduzida e porque está incluindo ou excluindo crianças ou um grupo específico de crianças da pesquisa.

Fazer o necessário para garantir que a participação das crianças na pesquisa não lhes cause nenhum dano desde o início do projeto até sua conclusão.

Considerar, o mais amplamente possível, todos os danos e/ou benefícios possíveis para as crianças participantes, suas famílias ou grupos comunitários mais amplos.

Empregar estratégias para minimizar o sofrimento das crianças que participam da pesquisa.

Estabelecer protocolos de proteção à criança para proteger as crianças filhos de investigadores abusivos ou incompetentes.

Concordar com um plano para responder às preocupações de segurança da criança.

Consultar o ambiente local ao planejar pesquisas e desenvolver protocolos, sem comprometer a segurança ou bem estar infantil.

Certificar-se de fornecer o apoio que as crianças possam precisar durante e depois do processo de investigação.

Tomar medidas para garantir que nenhum dano seja causado às crianças, famílias e comunidades com a divulgação dos resultados da pesquisa (ERIC, 2013, p. 30).

O Guia apresenta considerações em várias “questões chave”⁶ sobre a tomada de decisões por parte dos pesquisadores, instituições, agências de fomento e outros interessados sobre a participação das crianças. As orientações da Convenção dos Direitos das Crianças (CDC) são retomadas no Guia, quando diz, por exemplo, que nenhuma criança deve ser discriminada com base em sexo, raça, religião, poderes ou qualquer outra característica social ou política, tanto quanto se refere à sua participação na investigação (Artigo 2). Ou ainda, a participação na pesquisa tem um valor formativo e, portanto, deve ajudar as crianças a usar e desenvolver seus talentos e habilidades (Artigos 5, 6, 12 e 13).

É responsabilidade dos pesquisadores, para que as crianças não corram perigo, que se mantenha a confidencialidade, principalmente em pesquisas sensíveis, como o caso de pesquisas contra a violência, abuso de poder com crianças. Em relação à privacidade e confidencialidade apresenta a vigilância, sensibilidade durante todas as fases da pesquisa. Principalmente na divulgação dos resultados e no respeito às informações que as crianças querem dar a conhecer, protegendo as informações das crianças, o anonimato, a impossibilidade de identificação, tomando medidas seguras e assumindo responsabilidades éticas que não exponham as crianças ou as coloquem em risco. Um exemplo são as imagens que identificam as crianças e lugares. Os danos e benefícios adotados pelos pesquisadores em suas abordagens de pesquisa são determinados por suas interpretações, considerações sociopolíticas e culturais mais amplas e principalmente pelo reconhecimento da complexidade e dos desafios éticos ao incluir crianças nas pesquisas.

Outra questão que faz parte do Guia de Orientação é a obtenção do consentimento dos pais/responsáveis, um consentimento informado, que trata de um acordo explícito, que fornece informações aos participantes sobre a pesquisa e principalmente permite que as crianças possam se retirar da pesquisa a qualquer fase.

O apoio ao pesquisador refere-se ao conhecimento, qualificações, formações e desenvolvimento profissional do mesmo bem como apoio dos comitês de ética buscando garantir práticas de pesquisa que respondam aos princípios éticos.

Todas as pessoas envolvidas em pesquisas com crianças e, em particular, pesquisadores, têm a responsabilidade de determinar de que maneira os princípios éticos para seu projeto em particular e garantir que sua prática em questões de pesquisa respondam a esses princípios éticos (ERIC, 2013, p.96).

As diretrizes sugerem formação que proporcione o reconhecimento e superação dos preconceitos, oportunidades para que os pesquisadores reflitam criticamente sobre a prática, revisando as tomadas de decisões éticas. Portanto, apoio, supervisão, treinamento e desenvolvimento profissional contínuo são componentes essenciais do processo de pesquisa.

⁶ Considerações Chave. (p.30-31)

Questões preparatórias, estudos de caso e outros recursos

O respeito à dignidade da criança é um princípio fundamental na proposta do ERIC, e isto implica considerar uma série de questões desde o momento de preparação e de planejamento de investigações que envolvam crianças. Decorrem destas questões da ‘fase preparatória’ da ação investigativa, outras que, ao serem posteriormente colocadas, reforçam o compromisso incontornável com as ações éticas em um processo de pesquisa. As questões que se fazem presentes nos momentos que antecedem a ação investigativa propriamente dita, têm por função buscar garantir, desde “os começos”, uma relação de respeito às crianças, aos seus direitos e especificidades.

Nos processos de criação de projetos de investigação com crianças, as questões da ‘fase preparatória’ não devem ser encaradas como uma mera lista de “tarefas” a serem seguidas de forma descontextualizada, mas como ‘questões orientadoras’ que apoiam e dão forma a práticas éticas de pesquisas. Esta etapa concebe que

As perguntas refletem uma série de decisões éticas a serem tomadas à medida que surgem questões relativas a danos e benefícios, consentimento informado, privacidade e confidencialidade, retorno e compensação e outros temas relacionados que são abordados no Seção “Guia de orientação” do compêndio ERIC. Essas questões também focam a atenção nos princípios éticos da justiça, benefícios e respeito (ERIC, 2013, p. 104).

Durante a fase de planejamento da investigação ética, o guia sugere ainda que o pesquisador e/ou equipe de pesquisa coloque questões referentes, por exemplo, à necessidade e o propósito da pesquisa; sobre possíveis benefícios às crianças, ou ainda, em relação a medidas a serem tomadas para garantir a máxima proteção às crianças participantes (Cf. ERIC, 2013, p. 104). Também fazem parte desta fase preparatória questões relativas a temas relevantes para uma investigação ética, como por exemplo, o interesse da criança no desenvolvimento da pesquisa, a importância para a criança, os critérios que serão levados em conta para a inclusão, ou não, das crianças no processo de investigação, entre outros.

Nesta direção, consideramos uma etapa extremamente relevante, nos processos de investigações éticas, as discussões que aludem a ações e cuidados a serem tomados pelos pesquisadores no processo de aquisição do consentimento de participação da criança na pesquisa. O consentimento informado das crianças é considerado um momento extremamente complexo, e difícil de ser definido, à medida que esse consentimento precisa ser permanentemente negociado com as crianças tendo em vista as especificidades que as constituem como categoria geracional, ou seja, as peculiaridades internas relativas às diferentes idades que compõe o grupo da infância, além das condições particulares e contingentes que atravessam seus contextos de vida. Neste sentido, é lançada uma série de questões a serem respondidas pelos investigadores e instituições proponentes de pesquisas com crianças:

Que informações as crianças precisam para consentir a participação?

Que informações as crianças precisam para considerarem a possibilidade de dar seu consentimento? (Por exemplo, em relação à participação, métodos de coleta de dados, divulgação etc.)?

Como saber quais informações as crianças precisam?

Como vai ser apresentado o estudo para as crianças e quais as garantias que as informações sejam apropriadas à sua idade e contexto?

As crianças receberão informações por escrito? Se sim, por

quê? Se a informação escrita não for possível, como será feita?
Por que esse método foi escolhido para fazer isso?

Foi designada uma pessoa para quem as crianças (e / ou pais) possam dirigir-se para tirar dúvidas ou preocupação (no momento e no futuro)?

De que informações adicionais as crianças precisam (em projetos de longo prazo) à medida que o estudo avance, para que possam reavaliar seu consentimento e em que etapas?

Que procedimentos serão adotados para impedir que as crianças sejam forçadas a participar?

Como a decisão de incluí-los ou excluí-los será comunicada às crianças? (ERIC, 2013, p.106-107).

No caso específico do envolvimento em pesquisas de bebês e crianças bem pequenas, pensamos que estas questões não são suficientes, à medida que eles (os bebês) são sujeitos produtores de outras formas de comunicação, que historicamente foram e ainda são desconsideradas pela ciência moderna, mas que são próprias dos seres humanos nesta etapa da vida. Estas outras formas de comunicação, por não serem consideradas válidas ou por não serem entendidas pelos adultos, principalmente em contextos ditos acadêmicos ou científicos, colocam ao desenvolvimento de pesquisas éticas com bebês dificuldades ainda maiores no que tange à questão do consentimento informado da criança, pois requer por parte do investigador e da equipe de investigação, conhecimentos específicos relativos a essa fase inicial da vida humana, o que remete à necessidade de formação específica e qualificada sobre esse grupo geracional, tendo em vista a diversidade e a riqueza que o constitui. A diversidade de formas de comunicação apresentadas pelas crianças, além de ser enfrentado como problema, para adultos pesquisadores, o que faz, no contexto de construção de uma relação ética, além de exigir dos adultos uma atitude mais humilde diante das crianças, coloca o pesquisador no olho do furacão, lá onde reside a possibilidade de reconstruir sentidos para nossa relação com as crianças.

Todas essas questões parecem pouco discutidas nos cursos de formação com a profundidade e importância que requerem. Não apenas essas questões, mas estas de forma bastante contundente, explicitam a importância e a urgência de processos de formação claramente identificados com os princípios democráticos e, em especial, comprometidos com a dignidade e os direitos de todas as crianças.

Outra estratégia proposta no compêndio ERIC com vista a partilhar questões, experiências e preocupações entre os envolvidos na realização de pesquisas éticas com crianças, em especial com os pesquisadores, é a que denominam de *estudos de caso*. O documento apresenta como exemplo um conjunto rico e diverso de casos para ser utilizado como apoio para o desenvolvimento de exercícios de análise, e reflexões críticas, sobre diferentes situações envolvendo questões éticas com crianças, oriundas de diversos contextos sociais e culturais em diferentes lugares e países. O estudo de caso se configura como uma estratégia potente de formação tanto de pesquisadores atuantes, ampliando seus repertórios, como na formação inicial de pesquisadores interessados e comprometidos com esta abordagem de investigação.

Outros recursos importantes e valiosos que o documento oferece como subsídio aos interessados são um glossário apresentando termos e significados fundamentais para a compreensão das perspectivas do projeto, e, de forma a complementar ainda mais as discussões teóricas propostas, apresenta uma lista de referências seguida de um resumo de outras diretrizes publicadas igualmente sobre o tema central do documento.

A potência do compêndio ERIC perpassa por toda sua estrutura e conteúdo. Da apresentação às conclusões, abre um leque de questões e possibilidades a serem pensadas, discutidas, partilhadas no sentido de incluir a ética em nossa relação com todas as crianças e em todos os contextos que elas estejam. Por isso pode, não apenas ser entendido como convite, mas também como provocação para que a discussão sobre a ética na pesquisa com crianças continue.

Abertura à participação no diálogo

Segundo Hermann (2019, p. 18) a ética é um campo de conhecimento que orienta o agir humano. Para a autora a ação ética “se estabelece na busca de orientações justificadas para o agir que resultem em um certo equilíbrio entre a pulsão irracional e seu domínio pela razão”. Situada nessa posição entre o eu e o mundo, o racional e o irracional, o interno e o externo, a liberdade e a sujeição, o desejo e a possibilidade, a ética pauta a realização de boas escolhas, de fazeres considerados agregadores e disponíveis para todos, assim como de relações que provoquem o bem-estar entre as pessoas.

A ação ética reflete uma maneira cuidadosa de se colocar no mundo e de agir com relação aos demais seres (humanos e não humanos) assumindo a responsabilidade no que se refere aos seus direitos, obrigações, benefícios para sociedade. Apesar dos códigos e das normativas indicarem comportamentos, uma atitude ética na pesquisa exige o estudo e a reflexão individual — sobre nossas convicções pessoais e coletivas — que indiquem os comportamentos mais respeitosos à dignidade das crianças. Refletir eticamente sobre as questões emergentes, verificar as consequências presentes e futuras de cada tomada de decisão, é muito mais que a mera aplicação de normas pois a ética na pesquisa envolve a adesão consciente de certos princípios e valores. A ética dos princípios fala da escolha, da decisão sensata, de responder a sua própria consciência exigindo, portanto, discernimento, justiça, responsabilidade e coerência.

Apesar de estarem situados numa ética normativa os textos não têm um caráter de fechamento ou doutrinação, pelo contrário o ERIC é um documento aberto, um ponto de partida para optar por princípios éticos que nos humanizam. Para Cortina (2003), assumir um processo de humanização implica assumir um “imperativo ético”, tornar-se responsável pela realidade, sustentá-la e encarregar-se dela. Partimos de pressupostos que a ética é inerente às pesquisas com crianças e que nós pesquisadores somos interlocutores nos momentos de tomada de decisões sobre as normas, aceitação e garantia dos direitos de todos. Ainda para Cortina (2003) cada um levará para o diálogo suas próprias convicções, seus projetos pessoais, mas acompanhado pelo respeito a todos os interlocutores, numa dimensão comunitária das pessoas, “como um interlocutor com quem construir o melhor mundo possível, demonstra saber que é responsável pela realidade, principalmente pela realidade social”.(CORTINA, 2003, p. 113).

Isso significa, ao trazermos para o debate a ética em pesquisa com crianças, o reconhecimento da inviolabilidade dos direitos das crianças, direito que é originário ao reconhecimento mútuo dos sujeitos entre si. Uma práxis que revela como agir, como construção ética do ser humano. Um convite à abertura, sem lugar definitivo, mas que se pergunta pelo sentido das ações, sentido no lugar de defesa da ética como escuta de vida do outro.

O Compêndio, após a defesa de uma Carta Ética comprometida com os princípios universais até o momento consolidados nas Nações Unidas, especifica-se pela normatividade ao apresentar um Guia Orientador e ao assumir a necessidade formativa do pesquisador, evitando naturalizá-la. Por fim, com a ética da relação, onde a contingência questiona a normatividade e exige respostas contextualizadas. Compêndio que se constitui num documento base para a continuidade em âmbito global desta discussão.

A partir da análise da estrutura do Compêndio, ratificamos nosso entendimento sobre a complexidade da ética nas relações, em especial nas pesquisas com crianças. A construção de ações éticas envolve muito mais do que uma lista com tarefas ou prescrições a serem executadas, sem uma análise crítica contextualizada. Exige conhecer o outro, suas características e necessidades, mas sobretudo, coloca em jogo aquilo que somos, que pensamos que sabemos e que julgamos correto. Não é por acaso que a pergunta central proposta pelo Compêndio ERIC é “De que maneira a investigação proposta respeita a dignidade da criança?” Pensar eticamente as relações significa confrontar-se com o outro, com a sua alteridade, com os seus direitos, com aquele que não sou eu.

Ao fazer isso o compêndio coloca sob suspeita o sujeito que propõe a pesquisa. O compromisso da construção de uma relação ética com as crianças depende, portanto, fundamentalmente dos adultos. Somos nós os responsáveis pela garantia do exercício pleno da cidadania infantil. Para que isso se efetive precisamos confrontar nossas fragilidades, concepções,

valores, ações, quase sempre ancoradas em boas intenções. Como nos ensinou Foucault, não existe discurso inocente, todo discurso é interessado. Por isso é preciso ter claro e assumir o que queremos das crianças ao envolvê-las em pesquisas, e quais serão, mesmos, os benefícios que elas terão com isso. Ao situar o investigador, as questões explodem com qualquer suposta neutralidade e desinteresse dos adultos envolvidos em investigações com crianças. Isso não significa, no entanto, que nosso interesse em estabelecer relações éticas com crianças seja ruim, pelo contrário, ele pode ser não só produtivo, como positivo para nós e para elas. O que estas questões colocam na mesa é a necessidade de investigar os perigos que rodam todas as práticas sociais, que operam sobre o outro, produzindo e conformando subjetividades, e, portanto, incidindo naquilo que as crianças são ou podem ser.

Concluimos afirmando nosso compromisso com a defesa dos direitos das crianças e, portanto, com a ampliação das discussões propostas pelo Projeto ERIC, assim como outros que atualmente se encontram em debate, os quais se constituem em ferramentas importantes de apoio e orientação para que, local e nacionalmente, possamos qualificar as discussões em andamento, nas universidades, cursos de formação, programas de pós-graduação, em especial no campo das Ciências Humanas e Sociais, no que se refere a ética nas pesquisas com crianças. O site do Compêndio ERIC está em diversas línguas, porém a língua portuguesa, não foi incluída pois talvez não expresse poder do mundo globalizado. As pesquisas internacionais também poderiam se beneficiar ao conhecerem como países do Sul vem estabelecendo reflexões e decisões relativas à pesquisa com a infância e a participação das crianças em lugares onde elas estão submetidas à fome, à luta, à guerra, às múltiplas violências.

Referências

BRASIL. Decreto 99.710, de 21 de novembro de 1990. **Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 22 nov. 1990a.

CORTINA, Adela. **O fazer ético**: guia para a educação moral. São Paulo: moderna, 2003.

Compêndio ERIC” (**Ethical Research Involving Children**), <https://childethics.com/MAYALL>, Berry. Sociologies de l'enfance. In: BROUGÈRE, Gilles; VANDENBROECK, Michel (Dir). Repenser l'éducation des jeunes enfants. Bruxelles: P.I.E Peter Lang, 2007.

Hermann, Nadja. **Ética e pesquisa em Educação**: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019, v.1.

MAINARDES, Jeferson. **A ética na pesquisa em educação**: panorama e desafios pós-Resolução CNS nº 510/2016. Educação (Porto Alegre), v. 40, n. 2, p. 160-173, maio-ago. 2017. Disponibilidade em: http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR. Acesso em: 10 dez. 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O Fim do Império Cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Luciano. **Da competência no fazer à responsabilização no agir**: ética e pesquisa em Ciências Humanas Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 244-256, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>> Acesso em: 10 dez. 2019.

Recebido em 11 de novembro de 2019.

Aceito em 15 de dezembro de 2020.